

A MINHA COLABORAÇÃO COMO LIBRETISTA DO "ES CRAVO"

Visconde de Taunay

Tem-se ultimamente, e com certa vivacidade, discutido o libreto da esplêndida partitura que, para honra e glória da nação brasileira, está sendo, e com extraordinário êxito, cantada em nosso primeiro teatro lírico.

Imensa, eletrisante a impressão que produziu, dando um dia de fausto júbilo à arte brasileira e nova coroa de louros à fronte radiante e leonina do nosso único grande compositor americano.

Posso, portanto, agora, e sem o mínimo inconveniente, salvar de uma aliás pequena responsabilidade, o meu nome, a minha qualidade de homem de letras, algum tanto versado nas coisas pátrias, tendo em vista as esquisitices, anacronismos e extravagantes confusões históricas e étnicas infiltradas num modestíssimo esboço de libreto, às pressas por mim delineado, no dia da partida de Carlos Gomes para a Europa, ao findar 1880.

— Dê-me uma idéia qualquer ! dizia-me o maestro com angustiosa insistência. Fazem os libretistas italianos belíssimos versos mas não têm inventividade. Basta-me o mínimo esboço ! Em todo o caso não desejo assunto índio como a **Moema** que me mandaste. Já no **Guarani** há bugres em número suficiente.

— Está muito bem, respondi-lhe. Vou dar a você algumas indicações suscetíveis de bom desenvolvimento em mão de quem delas saiba tirar partido.

E, apelando para as reminiscências literárias, pois se não trata de obra minha, a lápis escrevi, sobre uma mesa do Hotel de França, enquanto Carlos Gomes acabava de arrumar as malas, e em cinco ou seis páginas de papel de carta, mais ou menos isto que aqui segue.

Ato I. Nos primeiros anos do presente século. De 1802 a 1804. Um fidalgo português, D. Rodrigo, dono de vastíssima fazenda à margem do Paraíba, receoso de que a paixão do filho único, Américo, por uma rapariga nascida e criada em sua casa, Anália, mestiça quase branca, e educada com o maior carinho pela defunta senhora, o levasse mais longe do que poderia permitir o orgulho de nobre rico, ordena ao generoso rapaz que siga para Lisboa onde, ao visitar a metrópole da monarquia, deverá travar conhecimento com os seus parentes ultramarinos.

Todas as ordens são dadas para uma partida imediata. Obedece Américo, embora desesperado, e pede licença para poder despedir-se da amada a quem põe sob a proteção de um mulato, Ricardo, seu companheiro de infância e depois seu pajem. A ele sempre protegera da inimizade do brutal administrador da fazenda, cubiçoso de Anália, e cuja severidade habitual em castigar os escravos, estava provocando a iminência de sua revolta geral. Apenas partido Américo faz D. Rodrigo vir o capelão da fazenda para que realize imediatamente o matrimônio do mulato e da infeliz rapariga, apesar dos veementes protestos de ambos. E no meio de gerais risadas, pois havia o feitor divulgado a afeição que a Anália consagrava o jovem fidalgo e a paixão que por ela tinha o escravo Ricardo.

Ato II. A cena se passa em Lisboa. Uma fidalga portuguesa viúva e na flor dos anos, bela, riquíssima, e prima de Américo, dele se enamora. E, numa grande festa dada em seu luxuoso palácio, depois de lhe haver falado no Brasil e ouvido eloqüente descrição desta terra portentosa, confessa ao brasileiro os sentimentos que a dominam. Muito embora se sinta o moço lisonjeado, é-lhe franco. Confessa que tem como única aspiração voltar à pátria, para junto da mulher loucamente amada, muito embora seja ela de humilde condição, quase escrava.

Despeito e ironias daquela que assim se vê repelida. Bailado do tempo, nele podendo figurar alguns números de danças negras e índias.

Ao findar o ato entrega um pajem a Américo uma carta de D. Rodrigo que, a toda pressa, reclama a presença do filho no Brasil. Ocorrera terrível revolta de seus escravos, de quem Ricardo se pusera à testa, indo aquilombar-se em lugar seguro. Com calculada perfídia relata D. Rodrigo ao filho o casamento de seu antigo pajem. Desespero de Américo que provoca, entre os que o cercam, opostos sentimentos de simpatia, compaixão e escárneo.

Ato III. No Brasil e, sedento de vingança, expõe-se Américo demais e cai nas mãos dos quilombolas. Querem estes trucidá-lo imediatamente, mas o mulato, seu chefe, não o permite e ordena que o deixem a sós com o jovem senhor. Trio entre Ricardo, Anália e Américo. Este não se contém, insulta o infiel depositário e com um rebenque lhe corta o rosto.

— Não passas de vil escravo ! exclama.

— Hás de me pedir perdão de joelhos. Sabes quem é aquele a quem tão cruelmente trataste ?

— Um infame !

— Não ! O homem que, subjugado pela prepotência de teu pai e por ele forçado a unir-se pelo vínculo divino à amada de seu coração, ao lado dela viveu como se fosse sua irmã e hoje vem entregar-ta tão pura quanto quando nasceu !

A tudo isto confirma Anália exaltando a grandeza de alma do generoso protetor. Relata Ricardo quanto precisou lutar para salvar a rapariga das indignas vistas do administrador, vendo-se afinal obrigado, como último recurso, a incitar os companheiros de servidão à revolta. Soluçando, cai-lhe Américo aos pés. Ao longe se ouvem estampidos denunciadores de vivo combate.

Ato IV. Cenário esplêndido de uma floresta brasileira. Verificando o mulato a impossibilidade da resistência, aconselha aos companheiros que se rendam. Será Américo a garantia de completo perdão.

Grande dueto entre Anália e Ricardo; narra-lhe este as torturas que o amor imenso lhe causou, desde a infância, e os esforços heróicos sustentados a fim de a conservar para outrem. Declara-lhe haver ingerido um veneno de efeito lento mas fatal. Acha-se nos últimos momentos de vida. Enternecida, desde muito subjugada pela sua nobreza de alma, diz-lhe Anália que está pronta a segui-lo no mais remoto sertão onde poderão ainda viver felizes.

Entra Américo e, atrás dele, um troço de atacantes, à cuja testa se acha D. Rodrigo. Submissão geral dos escravos. Agonia de Ricardo, que implora a Américo conduza e sem maior demora, Anália ao altar. “Toma-a, brada-lhe, ninguém a maculou !”. Com um gesto irresistível, ordena Américo que todos se ajoelhem. E D. Rodrigo, embora a contragosto, obedece. Fazendo último e extrênuo esforço ergue-se Ricardo, solene contempla a cena e, orgulhoso, exclama: Que bela morte para um escravo !

Eis, em suma, o que forneci a Carlos Gomes.

Muitos anos decorreram durante os quais, vagamente, apenas se tratou de **O Escravo**. Escreveu-me o compositor, certa vez, pedindo-me autorização — que aliás lhe concedi plena, não querendo opor-lhe o mínimo obstáculo à inspiração — para fazer modificações ao meu projeto de libreto, assim como algumas adendas.

Tendo tal objeto em mira, mandou por meio de Francisco Castellões, procurar livros sobre a história do Brasil, entre eles os seis volumes de Roberto Southey e a **Confederação dos Tamoios**.

Quando, pois, li o libreto que estampa em sua folha de rosto o nome de Alfredo Taunay, verifiquei que esta inscrição nada mais significa do que comovente demonstração de afeto por parte do velho e genial amigo, a quem tanto quero. Já tudo estava ultimado, impresso, com música adaptada às palavras e às situações. Enfim, era o mal irremediável ! Eis o motivo que me leva a dar esta explicação simplicíssima que, para as pessoas honestas e leais, cortam pela raiz qualquer tentativa de crítica por parte daqueles que, sob o ponto-de-vista histórico-literário me censuram.

Tudo isto, aliás, nenhuma importância tem, pois o fogoso e inspirado estro de Carlos Gomes encobre as maiores extravagâncias do desastrado libreto.

A grandiosa obra que compôs é nova manifestação da centelha divina que aos gênios sagra. É uma prova a mais do que se dá com **Os Huguenotes**, **A Hebréia**, **A Africana**, com muitas outras óperas cujos libretos ainda são piores do que o de **O Escravo** — de que a música, para viver eternamente, só precisa de si mesmo, provindo-lhe bem pequeno prestígio do auxílio que lhe podem dar as letras e as artes liberais suas fiéis companheiras.

*

Observação. Ao divulgar pela primeira vez no Brasil a explicação acima transcrita, do Visconde de Taunay, seu filho, o eminente historiador Afonso de E. Taunay, após-lhe a seguinte nota:

“Não tendo podido encontrar o original português deste capítulo, precisei traduzir o texto da **Revista Italiana**, onde se estampa uma versão do protesto-explicação do Visconde de Taunay contra as deturpações de seu projeto de libreto realizadas pelo poeta Rodolpho Paravicini.

E com efeito dificilmente se poderá reunir maior soma de incongruências, verdadeiros absurdos, colossais estapafurdices do que fez esse libretista. Basta dizer que transportou o cenário de 1801 para o século XVI (exatamente em 1567), instalando uma nobre dama francesa, de alta linhagem, em Niterói, com castelo e parque! Ao palácio dessa Condessa de Boissy frequenta o Conde D. Rodrigo, ‘feudatário português, senhor de engenho de cana à margem do Paraíba’, pai de Américo. Assiste a uma festa veneziana dada pela fidalga a numerosas damas e oficiais seus compatriotas! Após o bailado, declara a Condessa que era admiradora de Coligny e ia agora cumprir um voto: outorgar a liberdade a seus escravos tamoios! E o coro lhe brada: ‘Sublime idea d’umanità / Brava contessa! viva il Brasile, / Terra civile di libertà!...’

Rege-se o resto por este pano de amostra.”

(Taunay, Visconde de — **Dous artistas máximos: José Maurício e Carlos Gomes.** Pref. de Afonso de E. Taunay. São Paulo, Melhoramentos (1930), pp. 120 a 126).